

SUPERINTENDENCIA REG. POL. RODV. FEDERAL-PB

Estudo Técnico Preliminar 13/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 08663.011447/2024-06

2. Descrição da necessidade

DEDETIZAÇÃO, DESINSETIZAÇÃO E DESRATIZAÇÃO (Controle de Vetores e Pragas Urbanas)

- 2.1.** Trata-se da necessidade de manutenção de um ambiente de trabalho salubre e seguro nas unidades operacionais e administrativas da Superintendência da Polícia Rodoviária Federal no Estado da Paraíba, o que passa por um controle de vetores e pragas urbanas (desinsetização, desratização, dedetização e controle de aracnídeos), incluindo o fornecimento de todos os materiais, insumos, mão de obra e equipamentos necessários.
- 2.2.** O presente estudo preliminar tem como propósito estudar a melhor solução para demanda apresentada, constituindo-se a primeira etapa do planejamento, tendo como objetivo assegurar a viabilidade técnica de uma futura contratação e embasar o termo de referência (TR), que definirá o objeto para atendimento da necessidade.
- 2.3.** A Polícia Rodoviária Federal não possui, em seu quadro funcional, servidores, equipamentos, ferramentas e insumos especializados para a execução dessas atividades, sendo que trata-se de medida preventiva essencial e indispensável para propiciar bem-estar e salubridade aos servidores, colaboradores e ao público em geral. Torna-se imprescindível o combate integrado a ratos, insetos, animais peçonhentos e outras pragas, evitando sua proliferação, as quais representam risco à saúde e podem provocar **danos ao patrimônio público**, como fiações elétricas, equipamentos de informática e mobiliário.
- 2.4.** Assim, a contratação de uma solução para a prestação de serviços continuados de controle de pragas por esta Superintendência é de fundamental importância para a manutenção da salubridade ambiental das instalações e a integridade das edificações.

3. Área requisitante

| Área Requisitante | Responsável |
|---------------------|-----------------------------|
| Núcleo de Logística | Ronypettson Oliveira Farias |

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. REQUISITOS LEGAIS

- 4.1.1.** Lei federal nº 6.360, de 1976 (Dispõe sobre a Vigilância Sanitária a que ficam sujeitos os Medicamentos, as Drogas, os Insumos Farmacêuticos e Correlatos, Cosméticos, Saneantes e Outros Produtos, e dá outras Providências.)
- 4.1.2.** Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos);
- 4.1.3.** Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022, que regulamenta a Lei nº 12.305/2010;
- 4.1.4.** Decreto nº 8.077, de 2013 (Regulamenta as condições para o funcionamento de empresas sujeitas ao licenciamento sanitário, e o registro, controle e monitoramento, no âmbito da vigilância sanitária, dos produtos de que trata a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, e dá outras providências);

4.1.5. RDC ANVISA nº 622, de 9 de março de 2022 (Dispõe sobre o funcionamento de empresas especializadas na prestação de serviço de controle de vetores e pragas urbanas e dá outras providências);

4.1.6. RDC ANVISA nº 16, de 1º de abril de 2014 (Dispõe sobre Autorização de Funcionamento (AFE) e Autorização Especial (AE) de Empresas), e

4.1.7. Instrução Normativa Ibama nº 141, de 19 de dezembro de 2006 – art. 5º e 9º (Regulamenta o controle e o manejo ambiental da fauna sinantrópica nociva.)

4.2. REQUISITOS GERAIS:

4.2.1. A empresa especializada somente pode funcionar depois de devidamente licenciada junto à autoridade sanitária e ambiental competente.

4.2.2. A empresa instalada em cidade que não possua autoridade sanitária e ambiental competente municipal está obrigada a solicitar licença junto à autoridade sanitária e ambiental competente regional, estadual ou distrital a que o município pertença.

4.2.3. A contratação de prestação de serviço de controle de vetores e pragas urbanas somente pode ser efetuada com empresa especializada.

4.2.4. Para a prestação de serviço de controle de vetores e pragas urbanas somente podem ser utilizados os produtos saneantes desinfetantes de venda restrita a empresas especializadas, ou de venda livre, devidamente registrados na Anvisa.

4.2.5. A empresa especializada deve ter um responsável técnico devidamente habilitado para o exercício das funções relativas às atividades pertinentes ao controle de vetores e pragas urbanas, devendo apresentar o registro deste profissional junto ao respectivo conselho.

4.2.6. A empresa especializada deve possuir registro junto ao conselho profissional do seu responsável técnico.

4.2.7. Nenhum saneante domissanitário, inclusive os importados, poderá ser industrializado, exposto à venda ou entregue ao consumo antes de registrado no Ministério da Saúde/ANVISA.

4.2.8. No que se refere à logística reversa:

a) a empresa especializada na prestação de serviços de controle de vetores e pragas urbanas deve retornar as embalagens vazias ao seu estabelecimento operacional logo após o seu uso, para inutilização e descarte.

b) o destino final das embalagens dos produtos saneantes desinfetantes de uso restrito a empresas especializadas é de responsabilidade do seu respectivo fabricante/ importador.

c) a empresa especializada fica obrigada a devolver as embalagens, no prazo máximo de um ano da data de compra dos respectivos produtos, aos estabelecimentos onde foram adquiridas, ou em postos ou centrais de recebimento por eles conveniados e previamente licenciados pelo órgão estadual competente.

c.1) caso essa devolução não ocorra, a responsabilidade pelo destino final passa a ser da empresa especializada que deve guardar os comprovantes da referida destinação.

c.2) o estabelecimento que as receber deve fornecer à empresa especializada documento comprobatório de recebimento das embalagens.

- A empresa especializada fica obrigada a inutilizar as embalagens dos produtos saneantes desinfetantes antes de sua devolução aos estabelecimentos onde foram adquiridas, ou em postos ou centrais de recebimento por eles conveniados.
- As embalagens laváveis dos produtos saneantes desinfetantes devem ser submetidas à tríplex lavagem antes de sua devolução, devendo a água ser aproveitada para o preparo de calda ou inativada, conforme instruções contidas na rotulagem ou por orientação técnica do fabricante do produto e do órgão competente.
- As embalagens vazias de produtos que não apresentam solubilidade em água não devem passar por tríplex lavagem, devendo a empresa especializada seguir as orientações do fabricante e as legislações vigentes.

- A empresa especializada deve fornecer ao cliente o comprovante de execução de serviço contendo, no mínimo, as informações exigidas no art. 20 da RDC ANVISA nº 52, de 2009.
- Quando a aplicação ocorrer em prédios de uso coletivo, comercial ou de serviços, a empresa especializada deverá afixar cartazes informando a realização da desinfestação, com a data da aplicação, o nome do produto, grupo químico, telefone do Centro de Informação Toxicológica e números das licenças sanitária e ambiental

4.3. REQUISITOS ESPECÍFICOS:

4.3.1. Os serviços de controle de pragas, por suas características, são classificados como **bens e/ou serviços comuns**, nos termos da Lei nº 14.133/21, art. 6º, XIII.

4.3.2. A contratação se dará por **Licitação**, preferencialmente na modalidade Pregão, por se tratar de serviço comum, conforme art. 29, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021.

4.3.3. A empresa contratada deverá fornecer **todos os materiais, insumos, mão de obra, ferramentas, equipamentos /máquinas, EPI, EPC, uniformes e transportes** necessários à completa e perfeita execução dos serviços.

4.3.4. Os SANEANTES DOMISSANITÁRIOS/DESINFESTANTES a serem utilizados na execução dos serviços deverão estar previamente registrados na ANVISA, conforme Lei Federal nº 6.360, de 1976, Decreto nº 8.077, de 2013, e RDC ANVISA nº 622, de 2022.

4.3.5. A prestação do serviço ocorrerá nas edificações que compõem a estrutura da Superintendência da Polícia Rodoviária Federal na Paraíba (SPRF-PB), incluindo as Delegacias (DELs) e as Unidades Operacionais (UOPs).

4.4. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS NO EDITAL E ANEXOS:

4.4.1. Na fase de julgamento da proposta, para fins de avaliação de sua aceitabilidade e do cumprimento das especificações do objeto, será necessária a inserção dos seguintes itens:

*“x) Como condição para a aceitação da proposta, o licitante vencedor deverá apresentar uma **RELAÇÃO DOS PRODUTOS SANEANTES DOMISSANITÁRIOS/DESINFESTANTES** que pretende utilizar no controle de pragas e vetores urbanos, indicando a **MARCA** e o respectivo **FABRICANTE**, bem como as comprovações em relação a tais produtos.*

x.1). O Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, que apresente ou envie juntamente com sua proposta, sob pena de não aceitação, o documento comprobatório do registro na ANVISA dos produtos saneantes domissanitários/desinfetantes que se fazem necessários, conforme legislação vigente, notadamente Lei federal nº 6.360, de 1976, Decreto nº 8.077, de 2013, RDC ANVISA Nº 622, de 2022.

x.2) Para os produtos, cujos respectivos fabricantes desenvolvem atividades listadas no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021, e que são obrigados ao registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo art. 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, o Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie juntamente com a proposta, sob pena de não-aceitação, o Comprovante de Registro do fabricante do produto no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais (Categoria: Indústria Química; Código: 15-9; Descrição: Fabricação de preparados para limpeza e polimento, desinfetantes, inseticidas, germicidas e fungicidas), acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e da Instrução Normativa IBAMA Nº 13, de 23/08/2021, e legislação correlata.

x.2.1) A apresentação do Certificado de Regularidade será dispensada, caso o Pregoeiro logre êxito em obtê-lo mediante consulta online ao site oficial do IBAMA, anexando-o ao processo.”

4.4.2. Não se estará exigindo comprovação de inscrição e regularidade no Cadastro Técnico Federal/APP-Ibama do licitante, mas sim do fabricante do produto que será utilizado pelo licitante na prestação do serviço. Nessa linha, deverá o licitante diligenciar para a obtenção do comprovante do registro no CTF/APP-Ibama e do respectivo Certificado de Regularidade do fabricante do produto ofertado, sob pena de não-aceitação, caso o Pregoeiro não logre êxito em obtê-lo.

4.4.3. Na fase de habilitação, deverá ser inserido no item de habilitação jurídica da empresa:

“x) Para o exercício de atividade de controle de vetores e pragas urbanas: ato de registro, autorização ou licença para funcionamento expedido pelo órgão competente do Estado, do Distrito Federal e/ou do Município, nos termos da Lei nº 6.360, de 1976, do Decreto nº

4.4.4. Deverá ser inserido no item de qualificação técnica da empresa:

“X) No caso de exercício de atividade de controle de vetores e pragas urbanas: Registro no Conselho Profissional afeto à categoria do respectivo Responsável Técnico para prestar serviços de controle de vetores e pragas urbanas, nos termos da Lei nº 6.360, de 1976, do Decreto nº 8.077, de 2013, e RDC Anvisa nº 622, de 2022 (citar também a legislação estadual e municipal pertinente, quando houver essa exigência instituída em âmbito regional ou local).

X) Comprovação da capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela respectiva entidade profissional, detentor de atestado de responsabilidade técnica (Certidão de Acervo Técnico ou documento equivalente) relativo à execução dos serviços de controle de vetores e pragas urbanas, nos termos da Lei nº 6.360, de 1976, do Decreto nº 8.077, de 2013, e RDC Anvisa nº 622, de 2022 (citar também a legislação estadual e municipal pertinente, quando houver essa exigência instituída em âmbito estadual, distrital ou municipal).

X.1) Em princípio, poderão exercer a função de Responsável Técnico em empresas de Controle de Pragas e Vetores: biólogos, veterinários, químicos, engenheiros químicos, farmacêuticos e agrônomos, que possuam comprovação para exercerem tal função, emitida pelos respectivos Conselhos de representação profissional.”

4.4.5. Visando demonstrar que o fornecedor terá condições de bem executar o objeto, deverão ser exigidos os seguintes documentos, que demonstrem a capacidade técnica do licitante:

4.4.5.1. Possuir Licença de Operação emitida pelo órgão competente.

4.4.5.2. Possuir Licença Sanitária Estadual ou Municipal, compatível com o objeto licitado, emitida pelo Serviço de Vigilância Sanitária, dentro do prazo de validade em nome do proponente.

4.4.6. Entre as obrigações da Contratada, deverão constar:

“A CONTRATADA deverá adotar os critérios de sustentabilidade abaixo descritos no que tange aos produtos que serão utilizados na execução do serviço e às obrigações que terão de ser cumpridas:

- Apresentar descrição detalhada dos produtos que serão utilizados na execução dos serviços, o comprovante do registro do fabricante desses produtos no Cadastro Técnico Federal do IBAMA e o respectivo Certificado de Regularidade do fabricante no CTF;

- Os SANEANTES DOMISSANITÁRIOS/DESINFESTANTES a serem utilizados na execução dos serviços deverão estar previamente registrados na ANVISA, conforme Lei federal nº 6.360, de 1976, Decreto nº 8.077, de 2013, RDC ANVISA Nº 622, de 2022;

- A CONTRATADA deve retornar as embalagens vazias ao seu estabelecimento operacional logo após o seu uso, para inutilização e descarte;

- O destino final das embalagens dos produtos saneantes desinfetantes de uso restrito a empresas especializadas é de responsabilidade do seu respectivo distribuidor/fabricante/importador;

- A CONTRATADA fica obrigada a devolver as embalagens, no prazo máximo de um ano da data de compra dos respectivos produtos, aos estabelecimentos onde foram adquiridas, ou em postos ou centrais de recebimentos por eles conveniados e previamente licenciados pelo órgão estadual competente;

- Caso essa devolução não ocorra, a responsabilidade pelo destino final passa a ser da CONTRATADA, que deve guardar os comprovantes da referida destinação;

- O estabelecimento que as receber deve fornecer, à CONTRATADA, documento comprobatório de recebimento das embalagens;

- As embalagens laváveis dos produtos saneantes desinfetantes devem ser submetidas à tríplice lavagem antes de sua devolução, devendo a água ser aproveitada para o preparo de calda ou inativada, conforme instruções contidas na rotulagem ou por orientação técnica do fabricante do produto e do órgão competente;

- As embalagens vazias de produtos, que não apresentem solubilidade em água, não devem passar por tríplice lavagem, devendo a CONTRATADA seguir as orientações do fabricante e as legislações vigentes;

- A Contratada fornecerá mão de obra especializada, material, produtos, equipamentos e supervisão técnica necessários à execução dos serviços;

- Os empregados da contratada destacados para execução dos serviços deverão apresentar-se munidos de EPI, para evitar danos à saúde, sob pena de denúncia aos órgãos competentes, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no Edital;

- A CONTRATADA deve fornecer, ao cliente, o comprovante de execução de serviço, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

I. Nome do cliente;

II. Endereço do imóvel;

III. Praga(s) alvo;

IV. Data de execução dos serviços;

V. Prazo de assistência técnica, escrito por extenso, dos serviços por praga(s) alvo;

VI. Grupo(s) químico(s) do(s) produto(s) eventualmente utilizado(s);

VII. Nome e concentração de uso do(s) produto(s) eventualmente utilizado(s);

VIII. Orientações pertinentes ao serviço executado;

IX. Nome do responsável técnico com o número do seu registro no conselho profissional correspondente;

X. Número do telefone do Centro de Informação Toxicológica;

XI. Identificação da CONTRATADA com: razão social, nome fantasia, endereço, telefone e licença do INEA;

XII. Do Certificado de garantia deverá constar identificação da CONTRATADA com: razão social, nome fantasia, endereço, telefone e números da licença do INEA, seu prazo de validade, a validade da garantia do serviço e, em seu verso, deverá constar as condições básicas de higiene e orientações sobre a garantia do serviço.

- A CONTRATADA deverá afixar cartazes informando a realização da desinfestação, com a data da aplicação, o nome do produto, grupo químico, telefone do Centro de Informação Toxicológica e número da licença dada pelo órgão estadual/municipal competente;

- Toda e qualquer nota fiscal de prestação de serviços de controle de vetores e pragas urbanas só terá validade se for emitida pela CONTRATADA, ficando vedada a compra de nota fiscal avulsa por pessoa física junto às Secretarias (ou órgãos semelhantes) das Prefeituras Municipais, para os fins de comprovação da execução dos serviços;

- A CONTRATADA deverá observar, no que couber, a Lei n.º 12.187/2009 (Política Nacional sobre Mudança do Clima), Lei n.º 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), o Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012 (Regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993) e a IN nº 1/2010 da SLTI/MPOG, na execução dos serviços.”

5. Levantamento de Mercado

5.1. LEVANTAMENTO DE POSSÍVEIS SOLUÇÕES:

a) **Solução 1:** Contratação de serviços de controle de pragas separadamente, sem a inclusão de materiais.

• **Análise:** Esta solução é considerada **ineficiente, ineficaz e inviável**. Exigiria a realização de diversos procedimentos licitatórios (um para aquisição de materiais e outro para contratação de serviços), bem como a mobilização do setor de logística para recebimento, controle, e gestão de estoque (incluindo controle de validade dos produtos). Isso geraria riscos de atrasos na execução e falta de insumos, aumentando o custo administrativo.

b) **Solução 2:** Contratação de serviços continuados de controle de pragas, SEM Dedicção Exclusiva de Mão-de-Obra (DEMO), com fornecimento de materiais e equipamentos.

• **Análise:** Esta solução é **viável, eficiente e mais adequada** às necessidades da SPRF-PB. Por incluir o fornecimento de materiais, elimina a necessidade de procedimentos licitatórios separados para aquisições, reduzindo o custo e a complexidade administrativa.

Vantagens do modelo SEM DEMO:

1. Não há obrigatoriedade de que os prestadores de serviço fiquem à disposição nas dependências do contratante, operando por agendamento.
2. A distribuição, controle e supervisão dos recursos humanos e materiais fica a cargo da contratada.
3. Permite maior produtividade do licitante, o que tende a refletir em um valor de contrato menor, gerando economia para a Administração.
4. O serviço é contínuo, mas a execução ocorre por programação (frequência quadrimestral, conforme sugerido no DFD)

6. Descrição da solução como um todo

6.1. O objeto da contratação é o serviço de controle de vetores e pragas urbanas (desinsetização, dedetização e desratização). Os serviços serão executados por programação quadrimestral (ou por demanda), incluindo fornecimento de mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais de consumo e insumos, em caráter **contínuo** (conforme DFD), **sem Dedicação Exclusiva de Mão-de-Obra (DEMO)**.

6.2. Os serviços objeto desta contratação deverão ser prestados pela CONTRATADA sob supervisão do fiscal do contrato, em horários previamente agendados junto ao mesmo, compreendendo o **Serviço de Controle de Pragas (Desinsetização, dedetização e desratização) nas instalações (área interna e externa):**

- **DESINSETIZAÇÃO**: Aplicação de pulverização nos ralos (áreas internas) e caixas de inspeção (áreas externas) das edificações para o controle de baratas, formigas e mosquitos; Aplicação de gel nos armários, gavetas, dobradiças e aparelhos eletro/eletrônicos para o controle de baratas e formigas.

- **DESRATIZAÇÃO**: Instalação/reposição de iscas contra ratos dentro de caixas isoladas e fixadas em pontos estratégicos.

Requisitos dos Produtos: Somente poderão ser utilizados produtos desinfestantes antialérgicos e que atendam à legislação vigente de órgãos oficiais e reguladores da atividade, a exemplo do **Ministério da Saúde** e da **ANVISA**, visando a menor exposição à toxicidade para os usuários e o meio ambiente.

Garantia: A Contratada deverá aplicar tantas corretivas quantas forem necessárias para corrigir possíveis aparições de pragas dentro do período de garantia, sem ônus adicional ao Contrato.

6.3. A Contratada deverá fornecer todos os equipamentos e materiais necessários à boa execução dos serviços, inclusive uniformes, EPIs, materiais e insumos.

6.4. Somente será permitida a execução dos serviços pelos empregados da Contratada devidamente uniformizados e portando os equipamentos de proteção individual necessários.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. A estimativa da quantidade de serviço baseia-se na área total das edificações da SPRF-PB (internas e externas) e na frequência de aplicação sugerida como quadrimestral.

7.2. Item 1 - Serviço de Controle de Pragas (Desinsetização, dedetização e desratização) nas instalações (área interna e externa): A área total de abrangência, conforme detalhamento preliminar, é de 88.201,47 m² (sendo 7.898,16 m² internos e 80.303,31 m² externos). A quantidade a ser contratada, baseada no Documento de Formalização da Demanda, é de 88.201,47.

| | | | | |
|--|--|--|--|--|
| | | | | |
|--|--|--|--|--|

| NOME DA UNIDADE | ENDEREÇO | ÁREA INTERNA | ÁREA EXTERNA | FREQUÊNCIA |
|------------------------|--|--------------|--------------|---------------|
| Sede Regional | BR-230, km 23 - João Pessoa/PB | 2.786,09 m² | 8.300,16 m² | QUADRIMESTRAL |
| Base Tática Santa Rita | BR 230, Km 43,3 - Santa Rita/PB | 2.050,00 m² | 50.163,00 m² | QUADRIMESTRAL |
| UOP Alhandra | BR 101, km 107,9 - Alhandra/PB | 209,72 m² | 2.887,08 m² | QUADRIMESTRAL |
| UOP Sobrado | BR 230, Km 69,2 - Sobrado/PB | 64,22 m² | 1.145,78 m² | QUADRIMESTRAL |
| UOP Mamanguape | BR 101, Km 31,7 - Mamanguape/PB | 233,14 m² | 2.273,52 m² | QUADRIMESTRAL |
| DEL Campina Grande | Av. Pref. Severino Bezerra Cabral, 1137 - Mirante, Campina Grande/PB | 1.036,21 m² | 2.410,79 m² | QUADRIMESTRAL |
| UOP Campina Grande | BR 230, km 143,4 - Campina Grande/PB | 281,05 m² | 2.834,40 m² | QUADRIMESTRAL |
| UOP Pocinhos | BR 230, km 183 - Pocinhos/PB | 121,47 m² | 3.375,96 m² | QUADRIMESTRAL |
| UOP Queimadas | BR 104, km 139,9 - Queimadas/PB | 64,98 m² | 160,77 m² | QUADRIMESTRAL |
| UOP São Miguel | BR-104, km 92,6 - Esperança/PB | 33,88 m² | 150,81 m² | QUADRIMESTRAL |
| DEL Patos | Rua Horácio Nóbrega, S/N - Belo Horizonte, Patos/PB | 484,00 m² | 907,50 m² | QUADRIMESTRAL |
| UOP São Mamede | BR 230, km 310,3 - São Mamede/PB | 209,89 m² | 2.156,98 m² | QUADRIMESTRAL |
| UAP Pombal | BR 230, km 407,5 - Pombal/PB | 52,77 m² | 130,45 m² | QUADRIMESTRAL |
| UOP Sousa | BR 230, km 452,8 - Sousa/PB | 232,69 m² | 3.264,74 m² | QUADRIMESTRAL |
| UOP Cajazeiras | BR 230, km 511,4 - Cajazeiras/PB | 38,05 m² | 141,37 m² | QUADRIMESTRAL |
| SOMATÓRIO GERAL | | 88.201,47 m² | | |

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 22.050,00

8.1. O valor total estimado para a contratação, conforme o Documento de Formalização da Demanda (DFD), item 3.2, é de **R\$ 22.050,00 (Vinte e dois mil e cinquenta reais)**, calculado com base na quantidade total (88.200,00 m²) a um valor unitário de R\$ 0,25/m².

8.2. O valor referido é meramente estimativo, resultante de uma pesquisa prévia, que poderá, ou não, ser alterado após a fase de pesquisa de preços.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. A contratação dos serviços descritos neste ETP **não se dará de maneira parcelada** (será em lote único), em razão da necessidade de **economia de escala** e de **redução de custos de gestão do contrato**, que por si só, será de baixo valor e complexidade de execução.

9.2. Ademais, o objeto envolve diversas unidades da SPRF-PB, e a contratação única garante a uniformidade técnica da aplicação dos produtos e a fiscalização centralizada do serviço de controle de pragas em todas as instalações da Superintendência, gerando maior vantagem para a Administração.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Contratações Correlatas: Não foi verificado que haja contratações correlatas já realizadas ou futuras com relação ao objeto da presente demanda, conforme a definição legal.

10.2. Contratações Interdependentes: Não foi verificado que haja contratações interdependentes com relação ao objeto da presente demanda (aquelas que precisam ser contratadas juntamente).

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A contratação de serviços continuados de dedetização (controle de pragas) está alinhada com o Plano de Contratações Anual (PCA), conforme demonstrado pelo Documento de Formalização da Demanda (DFD 39/2025). Essa contratação visa atender a uma necessidade permanente do órgão.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. Garantir um ambiente de trabalho salubre e seguro para servidores, colaboradores e público em geral.

12.2. Mitigar riscos de transmissão de doenças causadas pela proliferação de insetos e roedores.

12.3. Assegurar a integridade das edificações e dos bens patrimoniais (como cabos de rede e energia, equipamentos e mobiliário), prevenindo avarias e danos.

12.4. Inibir o aparecimento e/ou proliferação de pragas urbanas diversas.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. A SPRF-PB já dispõe das condições e infraestrutura adequadas para a plena execução dos serviços pela Contratada, não havendo necessidade de readequações significativas.

13.2. Recomenda-se à Administração que considere a necessidade de **capacitação de servidores para fiscalização e gestão contratual**, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Uso de Produtos Químicos:

- Impacto: A aplicação de produtos químicos pode resultar na liberação de substâncias potencialmente tóxicas no ambiente.
- Mitigação: Optar por produtos de baixa toxicidade, respeitando as normas ambientais e de segurança. Utilizar técnicas de aplicação que minimizem a dispersão no ar e no solo.

14.2. Risco para Fauna Não-Alvo:

- Impacto: A dedetização pode representar um risco para insetos benéficos, animais de pequeno porte e aves presentes na área.
- Mitigação: Realizar um levantamento prévio da fauna local, adotando medidas específicas para a proteção de espécies não-alvo. Utilizar métodos que reduzam o risco de contaminação.

14.3. Resíduos e Descarte Inadequado:

- Impacto: O descarte inadequado de embalagens e resíduos provenientes dos produtos utilizados pode contaminar o solo e a água.

- Mitigação: Implementar práticas de descarte responsável, seguindo as normas ambientais locais. Priorizar embalagens recicláveis e reutilizáveis.

14.4. Efeito sobre a Flora:

- Impacto: Algumas plantas podem ser afetadas pela aplicação de produtos químicos, gerando danos à vegetação local.
- Mitigação: Realizar um mapeamento da flora existente, protegendo áreas sensíveis. Implementar barreiras físicas para evitar a contaminação de plantas não-alvo.

14.5. Impacto na Qualidade do Ar:

- Impacto: A pulverização de produtos pode gerar partículas finas que afetam a qualidade do ar.
- Mitigação: Escolher horários estratégicos para a aplicação, evitando condições climáticas desfavoráveis. Utilizar tecnologias que minimizem a dispersão no ar.

14.6. Resistência de Pragas:

- Impacto: O uso contínuo de certos produtos pode levar à resistência de pragas, tornando-se um problema a longo prazo.
- Mitigação: Adotar abordagens integradas, alternando produtos e métodos de controle para prevenir a resistência. Investir em práticas de monitoramento contínuo.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

A contratação é viável porque atende a uma necessidade essencial, contínua e legal da Administração Pública (conservação do patrimônio e salubridade). O modelo proposto (Solução 2), que inclui materiais e mão de obra em caráter não exclusivo, demonstrou ser a alternativa mais eficiente e adequada, gerando economia.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

WALDIR RIBEIRO DE SOUZA JUNIOR

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 24/11/2025 às 11:16:29.

BELCHIOR CELSO BARROS DE ARAUJO MEDEIROS

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 24/11/2025 às 11:28:07.

